Acervo ISA

CEDI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : O GLOBO

CLASS. : Vol 2393

DATA : 16 11 91

PG. : 1-

blado, ainda sujeito
trovoadas isoladas.
máxima de ontem
; mínima, 19,5, no
os de leste a norte,
s. Visibilidade boa.
5m e águas a 19
Página 14

O GLOBO

Fundador: IRINEU MARINHO Diretor-Redator-Chefe: ROBERTO MARINHO

ANO LXVII — RIO DE JANEIRO, SÁBADO, 16 DE NOVEMBRO DE 1991 — Nº 21.178

Diretor de Redação: EVANDRO CARLOS DE ANDRADE

MARINHO

INDICADORES FINANCEIROS — Dólar — Comercial: Cr$ 734,82 (compra), Cr$ 735,33 (venda). Paralelo: Cr$ 810,00 (compra), Cr$ 840,00 (venda). Turismo (cotação do BB): Cr$ 800,00 (compra), Cr$ 840,00 (venda). **Salário-mínimo** — Cr$ 42.000,00. **Uferj** — Cr$ 15.867,00. **Unif** — para IPTU comercial, ISS e alvará: Cr$ 11.364,78. **Taxa de Expediente para IPTU comercial, ISS e alvará**: Cr$ 2.272,96; para IPTU residencial: Cr$ 10.262,73. **Taxa de Expediente para IPTU residencial**: Cr$ 2.052,55. **Fator de deflação** — 1,9428. **TR** — 30,52%. **TRD** — 1,354176%. **Over** (interbancário) — 42,62%.

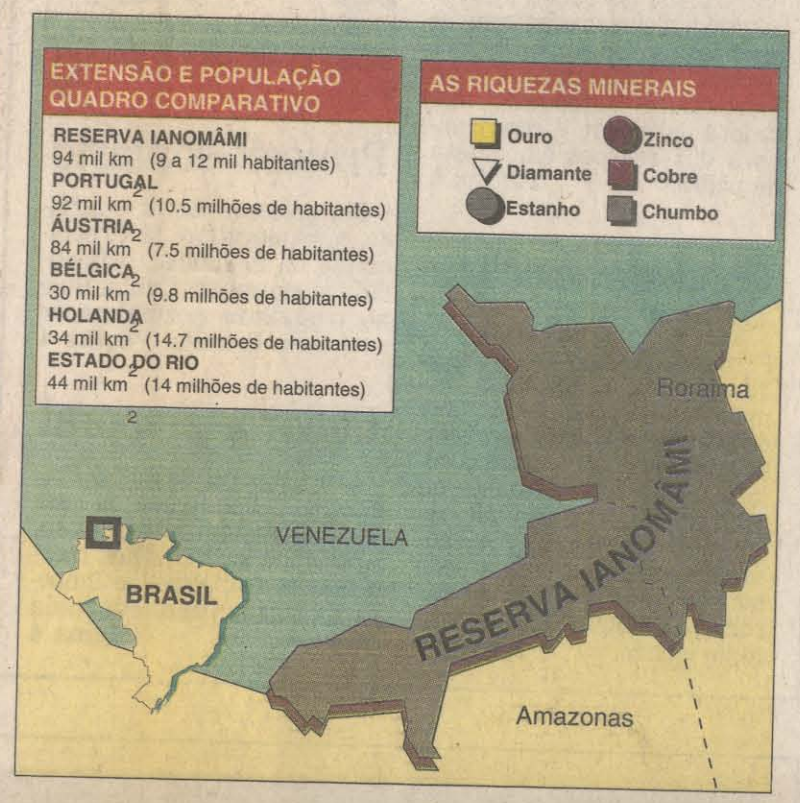
Collor contraria Exército e cria reserva ianomâmi

Telefoto de Gustavo Miranda

Collor anuncia a demarcação ao lado de Lutzenberger. Atrás, o Ministro Tinoco acompanha a cerimônia de cabeça baixa

Área indígena é três vezes maior que a Holanda

Com uma extensão de 94 mil quilômetros quadrados nos Estados de Roraima e do Amazonas — é um pouco maior que Portugal e três vezes o tamanho da Bélgica ou da Holanda — a reserva dos índios ianomâmis foi reconhecida ontem pelo Presidente Fernando Collor, contrariando interesses econômicos e pontos de vista militares. O Ministro do Exército, General Carlos Tinoco, ficou de cabeça baixa durante a maior parte da cerimônia e não aplaudiu o Presidente no momento em que foi assinada a demarcação da reserva. Página 3



Acervo ISA

CEDI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : O Globo CLASS. : 2393

DATA : 16 11 91 PG. : 3

Governo demarca reserva ianomâmi

BRASÍLIA — Contrariando interesses militares e econômicos, o Presidente Fernando Collor anunciou ontem, em solenidade no Palácio da Alvorada, a demarcação da reserva indígena ianomâmi, de 9.419.105 hectares divididos entre os Estados de Roraima e Amazonas. Encerrando uma polêmica que dividiu setores do Governo e retardou em pelo menos um mês a assinatura do ato, o Presidente disse, em seu discurso, que a decisão "se apóia em sólido consenso no âmbito do Poder Executivo" e frisou que a demarcação da área — que fará fronteira com o território dos mesmos índios em terras venezuelanas — em nenhum momento compromete a soberania nacional, como argumentaram os ministros militares, na tentativa de impedir a criação da reserva.

— Com a decisão de hoje, a soberania continua intacta e saiu reforçada, pois estamos colocando em prática o artigo 20 da Constituição, que inclui, entre os bens da União, as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios; e o artigo 231, que determina que essas terras são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis — afirmou Collor, sob o olhar constrangido do Ministro do Exército, Carlos Tinoco.

O General Tinoco, que passou a maior parte da solenidade de cabeça baixa e demonstrou sua contrariedade ao deixar de aplaudir a leitura do ato, foi o principal representante, nas discussões que se travaram dentro do Governo, dos setores contrários à criação da reserva nos moldes em que foi proposta pela Funai.

Alegando questões de segurança e riscos à soberania nacional, o Ministro do Exército defendeu, na última reunião setorial que tratou do tema, no início de outubro, a criação de uma faixa de fronteira de 20 quilômetros de largura, que deveria ser excluída da área demarcada.

— Nós consideramos esta proposta e chegamos a realizar estudos para a criação da faixa de fronteira. Mas constatamos que ali vive um número muito grande de índios e que não era possível subtrair esses 20 quilômetros — explicou o Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho.

A faixa de fronteira proposta pelos militares abrigaria a Serra do Parima, uma das maiores reservas de ouro e estanho de Roraima, explorada há quatro anos pelo ex-Presidente da União dos Sindicatos de Garimpeiros da Amazônia José Altimo Machado, amigo do Governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, e um dos principais aliados do Comando Militar da Amazônia na luta contra a criação da reserva.

Mas o Ministro Jarbas Passarinho, responsável pelas negociações finais para a demarcação, destacou que não foram só os militares que reagiram à proposta da Funai.

— Houve, inicialmente, uma reação muito grande dos governadores de Roraima e do Amazonas e o Governo deu demonstrações de que não está preocupado somente com os índios, mas também com o desenvolvimento econômico daqueles Estados (Passarinho se referiu à criação das zonas de livre comércio nas cidades fronteiriças de Pacarema e Bonfim).

O Presidente da Funai, Sidney Possuelo, tentou, no entanto, minimizar as contradições e procurou o Ministro do Exército, no final da solenidade, para agradecer a colaboração.

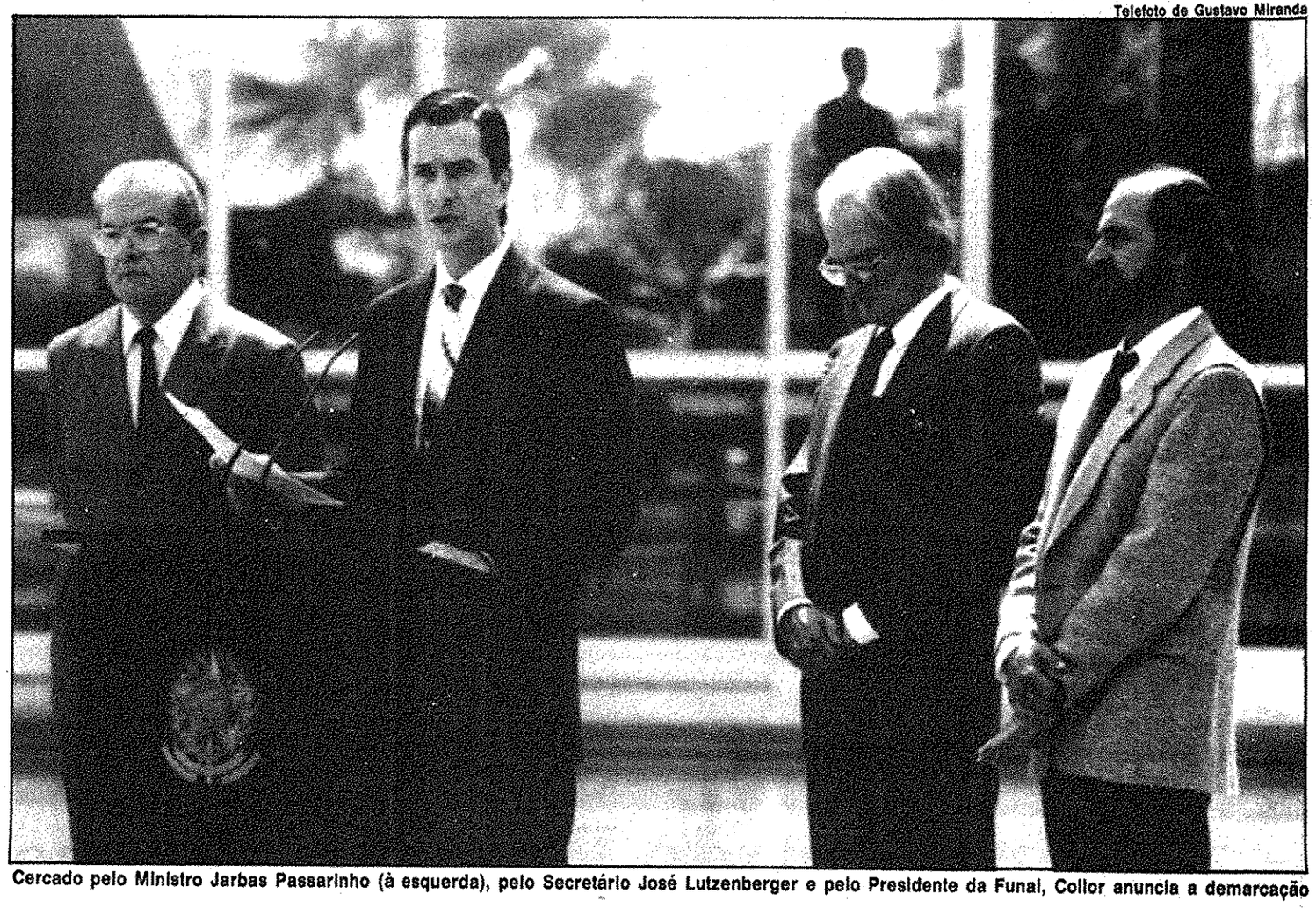
— Os militares poderiam ter obstaculado ainda mais a criação da reserva, mas prevaleceu a compreensão — destacou Possuelo.

O Presidente da Funai não quis tratar a demarcação como uma vitória porque a palavra pressupõe que há derrotados.

— Ninguém perdeu, todos ganharam — ressaltou.

No ato assinado ontem pelo Ministro Jarbas Passarinho, o Governo declara a área de 9,4 milhões de hectares como de propriedade legítima dos índios ianomâmis. A demarcação física, com fixação de marcos nos limites do território, deve começar nos próximos dez dias, num trabalho previsto para os próximos seis meses a um custo de Cr$ 3 bilhões, que, segundo Possuelo, já estão garantidos no orçamento da Funai.

Telefoto de Gustavo Miranda



Cercado pelo Ministro Jarbas Passarinho (à esquerda), pelo Secretário José Lutzenberger e pelo Presidente da Funai, Collor anuncia a demarcação

Ministro do Exército não disfarça o mau humor

BRASÍLIA — Contrastando com o tom colorido ecológico e alegre da gravata do Presidente Fernando Collor e com os sorrisos vitoriosos dos seus assessores civis, o Ministro do Exército, Carlos Tinoco, fardado, passou a manhã de ontem cabisbaixo e de testa franzida. Ele era, claramente, o estranho no ninho dos que comemoravam a demarcação da reserva ianomâmi.

A manhã de sol permitiu ao Presidente inaugurar um novo estilo de solenidade. De um pequeno palanque montado nos jardins do Palácio da Alvorada — aos moldes do que o Presidente George Bush usa para os pronunciamentos nos jardins da Casa Branca — Collor, ladeado pelo Secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, e pelo Presidente da Funai, Sidney Possuelo, ouviu a leitura do decreto e puxou os aplausos, acompanhados entusiasticamente pelos presentes. Menos por Tinoco.

A decisão já havia sido informada na reunião setorial que precedeu o anúncio público, quando o Presidente da Funai não conteve a emoção e chegou a passar mal, tendo que ser atendido pelo médico da Presidência da República.

— Foi só a emoção, que mexe com a minha úlcera. Já passou — disse Possuelo, pouco depois.

O General Tinoco também não participou da grande confraternização em que se transformou, ao final, a solenidade, com a equipe de Governo trocando parabéns. O Ministro respondeu monossilabicamente aos cumprimentos de Possuelo e foi o primeiro a se retirar.

Alheios ao mau humor do Ministro do Exército, Lutzenberger e seus auxiliares diretos Eduardo Martins, Presidente do Ibama, e Jorge Terena, assessor para assuntos indígenas da Secretaria do Meio Ambiente, eram os mais entusiasmados.

— Num cargo como esse a gente passa por altos e baixos. Vive momentos de profunda depressão e grande alegria. Esse momento é de alegria. É um fato novo para os índios, para os brasileiros e para mim — comemorou Lutzenberger.

O Secretário, normalmente avesso ao contato com a imprensa, não criou dificuldades para conceder uma entrevista em inglês à Radiobrás, sobre a criação da reserva. Ele foi o escolhido para, através das emissoras estrangeiras assinantes da Radiobrás, dar a notícia ao resto do Mundo.

QUEM GANHA

■ **Lutzenberger** — O Secretário de Meio Ambiente foi um dos maiores defensores da reserva ianomâmi antes mesmo de chegar ao Governo. Sempre considerou imprescindível sua demarcação como afirmação da vontade política do Governo em dar solução aos problemas ambientais e indígenas no País.

■ **Sidney Possuelo** — O Presidente da Funai sustentou a proposta de demarcação dos 9,4 milhões de hectares e tornou público que não alteraria os limites da área, caso ela não fosse aceita pelo Ministério da Justiça.

■ **Igreja** — Além da postura política, externada pela CNBB e, isoladamente, por bispos e padres, a Igreja tomou medidas práticas em defesa dos ianomânis e de seu território. Dom Aldo Modiano, arcebispo de Roraima, criou estrutura de apoio para os índios, sendo ameaçado de morte por isso pelo menos três vezes.

■ **Organizações não Governamentais (ONGs)** — As ONGs ameaçaram boicotar a Conferência Rio-92 caso o Governo Brasileiro não anunciasse a criação da Reserva.

QUEM PERDE

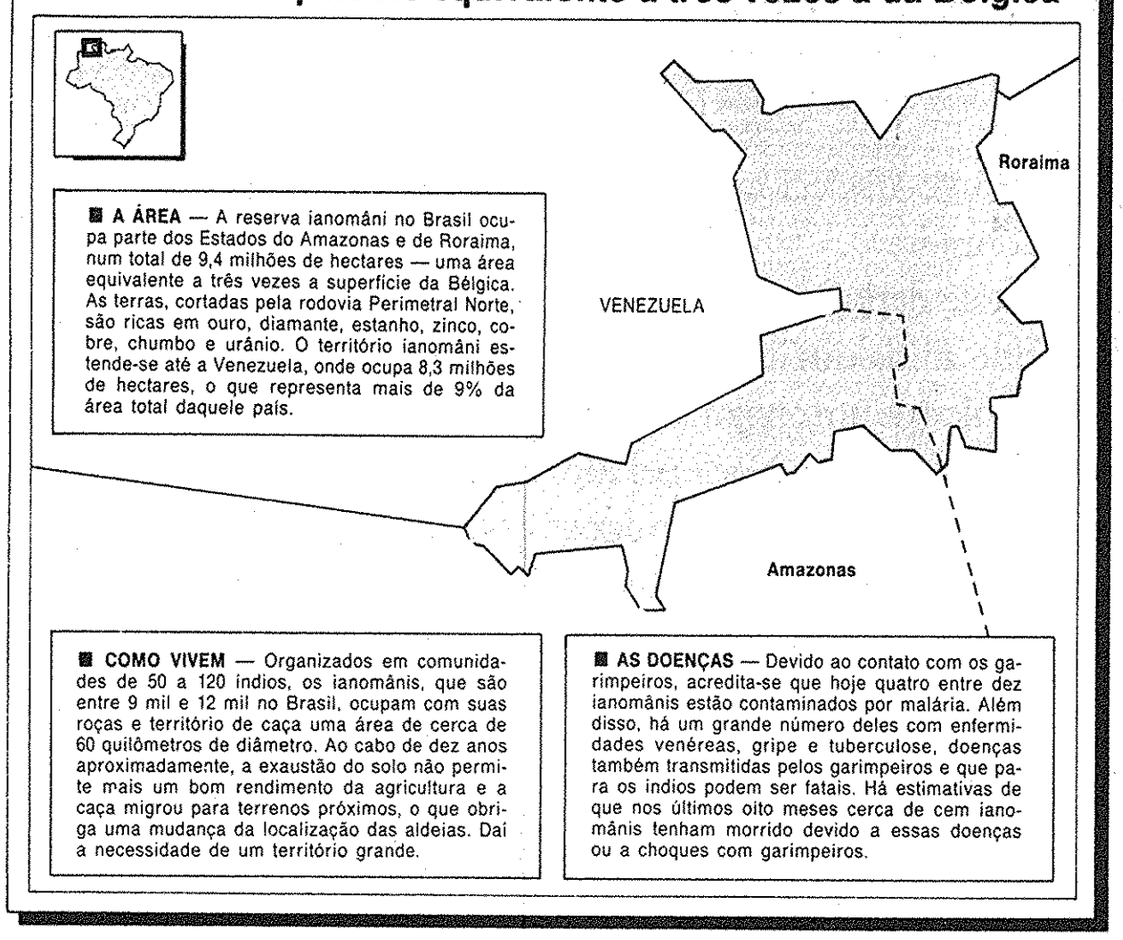
■ **Governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho** — O Governador foi um dos mais fortes opositores da criação da reserva ianomâmi. Depois de chamar os índios de primatas, pregou que a demarcação fazia parte de um complô internacional para impedir o desenvolvimento da região.

■ **José Altino Machado** — Fundador da União dos Sindicatos Garimpeiros da Amazônia, organizou a primeira invasão de garimpeiros em terras ianomâmis, em 1985, e explora ouro e cassiterita na Serra do Parima, fronteira com a Venezuela.

■ **Exército** — O Ministro do Exército, General Francisco Tinoco, foi o porta-voz, junto ao Presidente Collor, da antiga posição do Exército contrária à demarcação. A alegação de "ameaça à segurança nacional", repetida agora por Tinoco, foi o argumento para a criação do Projeto Calha Norte.

■ **Mineradoras** — As grandes jazidas de ouro, diamante, estanho, zinco, cobre e chumbo do território ianomâmi são cobiçadas por mineradoras nacionais e multinacionais.

Reserva tem superfície equivalente a três vezes a da Bélgica



■ **A ÁREA** — A reserva ianomâni no Brasil ocupa parte dos Estados do Amazonas e de Roraima, num total de 9,4 milhões de hectares — uma área equivalente a três vezes a superfície da Bélgica. As terras, cortadas pela rodovia Perimetral Norte, são ricas em ouro, diamante, estanho, zinco, cobre, chumbo e urânio. O território ianomâni estende-se até a Venezuela, onde ocupa 8,3 milhões de hectares, o que representa mais de 9% da área total daquele país.

■ **COMO VIVEM** — Organizados em comunidades de 50 a 120 índios, os ianomânis, que são entre 9 mil e 12 mil no Brasil, ocupam com suas roças e território de caça uma área de cerca de 60 quilômetros de diâmetro. Ao cabo de dez anos aproximadamente, a exaustão do solo não permite mais um bom rendimento da agricultura e a caça migrou para terrenos próximos, o que obriga uma mudança da localização das aldeias. Daí a necessidade de um território grande.

■ **AS DOENÇAS** — Devido ao contato com os garimpeiros, acredita-se que hoje quatro entre dez ianomânis estão contaminados por malária. Além disso, há um grande número deles com enfermidades venéreas, gripe e tuberculose, doenças também transmitidas pelos garimpeiros e que para os índios podem ser fatais. Há estimativas de que nos últimos oito meses cerca de cem ianomânis tenham morrido devido a essas doenças ou a choques com garimpeiros.

Brasil se livra de pressões externas

BRASÍLIA — Ao anunciar a demarcação da Reserva Indígena Ianomâmi, o Presidente Fernando Collor livrou o Brasil de um grande constrangimento internacional, programado para o dia 12. A entidade ambientalista inglesa Survival International iria propor às organizações não governamentais, que estarão reunidas em Paris naquela data, boicote à Rio-92, em represália à falta de providências das autoridades brasileiras sobre a questão ianomâmi.

Essa foi uma das muitas pressões feitas sobre o Governo brasileiro durante os últimos três meses, desde que a Funai encaminhou ao Ministério da Justiça a proposta de demarcação da área. As mensagens de apoio à criação da reserva vieram através de centenas de telegramas, cartas, telex e até pessoalmente, como a do Deputado Trabalhista inglês John Battle, que esteve no Brasil no começo do mês de outubro, especialmente para reclamar da demora na demarcação. Battle esteve com o Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, e com o Procurador Geral da República, Aristides Junqueira, a quem se apresentou como um emissário do Parlamento Inglês.

29-9-91

Os ianomâmis são remanescentes de uma população do período neolítico

Satélite identifica área como rica em mineral

BRASÍLIA — Uma área equivalente a três vezes o território da Bélgica, coberta por floresta densa e forrada por uma das mais ricas reservas minerais do País. Desde ontem, o Governo brasileiro reconhece os índios ianomâmis — entre 9 mil e 12 mil remanescentes de uma civilização que tem origem no período neolítico (8 mil a 10 mil A.C.) — como legítimos proprietários de 9.419.105 hectares das terras onde os satélites do Projeto Radam identificaram algumas das maiores jazidas brasileiras de ouro, diamante, estanho, zinco, cobre e chumbo.

A riqueza sobre a qual os ianomâmis estão assentados há milhares de anos quase decretou a morte daquele povo, no fim da década passada, quando a área, já interditada pela Funai, foi invadida por milhares de garimpeiros. Os ianomâmis se recuperavam do impacto da construção da Rodovia Perimetral Norte, que cortou seu território na primeira metade da década de 70, quando houve a primeira tentativa de invasão na Serra do Surucucus.

O sertanista Antônio Bezerra, ferido à bala no mês passado por garimpeiros, durante uma operação de desocupação da área, era, na época, chefe do posto da Funai naquela localidade. Ele conta que aviões do empresário José Altino Machado descarregaram, em três horas, 40 homens para trabalhar no local. A invasão, segundo Bezerra, foi contida por uma ação conjunta do Exército, Aeronáutica e Polícia Federal.

Dois anos depois, no entanto, os garimpeiros retornaram, dessa vez por terra e com a conivência do então Presidente da Funai, Romero Jucá, que se tornou depois Governador de Roraima e um dos maiores defensores da exploração de ouro na área indígena. Em 1988, quando a atividade foi mais intensa, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) estima que haviam 20 mil homens trabalhando no território ianomâmi, de onde retiraram, a partir de uma centena de pistas clandestinas, cerca de 4 mil toneladas de ouro.

Existem, atualmente, 470 pedidos de pesquisa de lavra garimpeira em território ianomâmi tramitando no DNPM. Os processos, no entanto, ficarão paralisados até a regulamentação, pelo Congresso, do artigo 231 da Constituição, que dispõe sobre a exploração mineral em terras indígenas.

— Os processos estão congelados — garantiu o Presidente do DNPM, Elmer Prata Salomão.

Lançado projeto para a Amazônia

BRASÍLIA — Um projeto para o desenvolvimento sustentável da Amazônia foi lançado ontem pelo Presidente Fernando Collor, na mesma solenidade em que reconheceu as terras ianomâmis.

O programa pretende assegurar uma ação coordenada dos Governos federal e estaduais no desenvolvimento das diversas políticas para a região. O cronograma prevê até 15 de maio de 1992 a consolidação do Plano de Desenvolvimento da Amazônia.

A primeira ação concreta acontecerá segunda-feira, quando serão encaminhadas aos Governadores da Amazônia as diretrizes propostas. Até 15 de dezembro, serão levantados os antecedentes disponíveis para o macrodiagnóstico da região. O próximo passo é a articulação federal que pretende compatibilizar o planejamento